

Seguridade Social e Tributação

Ano XXIII | Nº 120 | Brasília | outubro/dezembro de 2014



ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DOS AUDITORES-FISCAIS DA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

REFORMA TRIBUTÁRIA TERÁ QUEDA DE BRAÇO

ANFIP SE MOBILIZA EM DEFESA DE SUAS BANDEIRAS

SIMPLES AGORA PROMETE BEM MENOS BUROCRACIA

PNL ENSINA O CAMINHO PARA O SUCESSO NA VIDA

VELHOS FANTASMAS RONDAM OS BRASILEIROS

PROBLEMA É O QUE NÃO VAI FALTAR NO GOVERNO REELEITO



Baixe um leitor QR code em seu celular, fotografe o código e leia esta e outras edições da revista



LEI ANTICORRUPTORES

A ANFIP apoia essa iniciativa



A Lei 12.846/2013 prevê punição, em outras esferas além da judicial, de empresas que corrompam agentes públicos, fraudem licitações e contratos ou dificultem atividade de investigação ou de fiscalização de órgãos públicos, entre outros ilícitos.

Uma Lei a favor do Brasil

É preciso mudar o rumo

O governo reeleito aparentemente começará sob o signo da dúvida, o que leva boa parte dos brasileiros a cultivar uma visão de insegurança quanto aos rumos que o país deve trilhar.

Isso torna a tarefa do novo período da presidente reeleita mais difícil de administrar e, conseqüentemente, exige mais esforço e trabalho para obtenção de resultados.

O que mais impulsiona um novo governo é exatamente o clima de pelo menos relativa ou aparente euforia que todo início de mandato normalmente provoca nas pessoas. E se não chega a ser euforia, que pelo menos haja otimismo ou esperança.

Por isso, a presidente reeleita tem muito mais desafios pela frente do que qualquer liderança já eleita no Brasil. Ela tem a missão quase impossível de, com medidas que já sinalizam gosto amargo, reverter esse clima de insegurança.

E as primeiras sinalizações após o resultado do pleito ainda não contribuíram para reverter o quadro.

O atual ministro da Fazenda – que, conforme foi anunciado, já poderá ter sido substituído quando esta revista circular – disse que será preciso fazer cortes nos gastos públicos, citando entre essas áreas de corte, o seguro desemprego, o abono salarial e auxílio doença, ou seja, medidas diretamente relacionadas aos direitos dos trabalhadores.

Resumo da ópera: mais uma vez o trabalhador brasileiro será convocado a pagar a conta dos desmandos econômicos, alimentados tantas vezes por uma política mal conduzida e por diagnósticos equivocados que levam, inevitavelmente, o suposto remédio a matar o paciente, em vez de curá-lo.

Os reajustes previstos dos combustíveis levarão inevitavelmente (e isso já não é segredo para ninguém) a efeitos danosos sobre a taxa inflacionária, refletindo-se em todos os setores da cadeia produtiva e de consumo.

Não se trata aqui de uma visão pessimista, mas sim essencialmente objetiva. Não há como mascarar reflexos que se produzem dentro da economia, a não ser que se adotem receitas destinadas apenas a esconder esses reflexos, o que se transforma num monstro ainda mais difícil de ser domado em médio ou longo prazo.

Preocupam também as sinalizações de cortes ou pretensos ajustes em setores como Previdência Social e funcionalismo público, já esgotados em sua capacidade de sacrifícios para o país.

O aposentado já vem sendo submetido há décadas a um mecanismo perverso que lhe rouba poder aquisitivo de forma insuportável.

O servidor público vem sendo rebaixado à condição de bode expiatório dos desmandos dos sucessivos governos, quando poderia ser exatamente um dos instrumentos mais preciosos e produtivos para a correção de rumos.

Vitoriosa em uma disputa acirrada, a candidata governista tem que fazer o papel exigido pelos que criticam o governo e pedem mudanças, sem abrir mão, evidentemente, dos postulados que norteiam sua forma de governar.

Como desempenhará esse papel e proporcionará esperança, ainda não se sabe. O que já se pode adiantar é que, seguramente, não será adotando os mesmos rumos que levaram boa parte da população brasileira a tal clima de desencanto.

DIRETORA RESPONSÁVEL:

Leila Souza de Barros Signorelli de Andrade

FOTOS:

Agência Brasil, Arquivo ANFIP, Fotos Publicas e Shutterstock

REDAÇÃO, COORDENAÇÃO E EDIÇÃO:

Texto e Vídeo Produções
(www.textoevideo.com.br)

EDITORIAÇÃO ELETRÔNICA E CAPA:

Gilmar E. Vitalino
Allan E. Vitalino

EDITOR:

Gerson Menezes

REPORTAGEM:

Gerson Menezes, Walquíria de Castro Silva, Priscilla Araujo e Amanda Kalil

CONSELHO EDITORIAL:

Leila Souza de Barros Signorelli de Andrade
Margarida Lopes de Araújo
Marluce do Socorro da Silva Soares
Tereza Liduína Santiago Félix
Vanderley José Maçaneiro
Vilson Antonio Romero

CONSELHO EXECUTIVO

Margarida Lopes de Araújo
Presidente

Vilson Antonio Romero
Vice-Presidente Executivo

Vanderley José Maçaneiro
Vice-Presidente de Assuntos Fiscais

Jorge Cezar Costa
Vice-Presidente de Política de Classe

João Laércio Gagliardi Fernandes
Vice-Presidente de Política Salarial

Tereza Liduína Santiago Félix
Vice-Presidente de Assuntos da Seguridade Social

Misma Rosa Suhett
Vice-Presidente de Aposentadorias e Pensões

Maruchia Mialik
Vice-Presidente de Cultura Profissional e Relações Interassociativas

José de Carvalho Filho
Vice-Presidente de Serviços Assistenciais

Renato Albano Junior
Vice-Presidente de Assuntos Jurídicos

Marluce do Socorro da Silva Soares
Vice-Presidente de Estudo e Assuntos Tributários

Carlos José de Castro
Vice-Presidente de Administração, Patrimônio e Cadastro

João Alves Moreira
Vice-Presidente de Finanças

Dulce Wilenbring de Lima
Vice-Presidente de Planejamento e Controle Orçamentário

Leila Souza de Barros Signorelli de Andrade
Vice-Presidente de Comunicação Social

Maria Aparecida Fernandes Paes Leme
Vice-Presidente de Relações Públicas

Florianio Martins de Sá Neto
Vice-Presidente de Assuntos Parlamentares

Roswílcio José Moreira Gôes
Vice-Presidente de Tecnologia da Informação

CONSELHO FISCAL

Carlos Roberto Bispo
Rita de Cássia Cavalcanti Couto
Paulo de Freitas Radtke

CONSELHO DE REPRESENTANTES

AC - Heliomar Lunz
AL - André Vilaça dos Santos
AM - Miguel Arcanjo Simas Nôvo
BA - Luiz Antonio Gitirana
DF - Léa Pereira de Mattos
CE - Givanildo Aquino da Silva
ES - José Geraldo de Oliveira Ferraz
GO - Crésio Pereira de Freitas
MA - Maria de Fátima Moraes dos Santos
MS - Isabel Nascimento Elias Pereira
MG - Afonso Ligório de Faria
PA - Albenize Gatto Cerqueira
PB - Dijanete de Souza Lima
PE - Luiz Mendes Bezerra
PI - Osmar Escorcio de Carvalho
PR - Ademar Borges
RJ - Sérgio Wehbe Baptista
RN - Jonilson Carvalho de Oliveira
RO - Eni Paizanti de Laia
RR - André Luiz Spagnuolo Andrade
RS - Tânia Maria Faria Garcia
SC - Florianio José Martins
SE - Jorge Lourenço Barros
SP - Walter Moraes Gallo
TO - José Carlos Rego Moraes

Esta edição: 20.000 exemplares
Distribuição: gratuita

A assinatura da revista Seguridade Social e Tributação é gratuita. Envie seus dados (nome e endereço completos) para o email cadastro@anfip.org.br

Permitida a reprodução total ou parcial dos textos, desde que citada a fonte. As matérias e artigos publicados não refletem, necessariamente, a opinião do Conselho Executivo da ANFIP.

Ao leitor

Reforma política e reforma tributária são dois entre os temas constantes da agenda prioritária da presidente da República reeleita, Dilma Rousseff, segundo suas próprias declarações.

A presidente sinalizou que pretende discutir “profundamente” a reforma política com o Congresso e a população. Com isso, ganhou amplitude no governo a ideia de convocação de um plebiscito para decidir sobre o funcionamento de uma assembleia constituinte para tratar exclusivamente dessa reforma, reforçada por Dilma durante toda a campanha. Assim que foi lançada no período pós eleição, no entanto, a proposta foi bombardeada por todos os lados: o PSDB, o Supremo Tribunal Federal, a OAB e mesmo lideranças do Congresso entendem que a reforma é assunto do Legislativo.

Reforma tributária é outro tema cuja discussão não será fácil. O medo da perda de arrecadação, a resistência dos grupos de interesse e a falta de consenso são os principais desafios para uma modificação no sistema tributário brasileiro. Para ser realizada, a reforma tributária precisará atender aos interesses de diversos entes envolvidos, como governos municipais, estaduais, União e setor empresarial. Nenhum desses entes está disposto a abrir mão das receitas tributárias das quais já dispõe, sem uma devida compensação.

Conforme se verifica, problema é o que não vai faltar. Isto sem contar antigos fantasmas que voltam a assustar a população brasileira, como a retomada da espiral inflacionária, uma péssima perspectiva alimentada pelos já anunciados reajustes nos preços dos combustíveis, que se refletem em toda a cadeia da economia.

A ANFIP, por sua vez, já se mobiliza pela retomada de bandeiras que dominaram o cenário durante os últimos anos, como a PEC 555/2006, a correção da tabela do Imposto de Renda em índices reais e a revisão da remuneração dos servidores públicos federais, entre muitos outros temas.

Boa leitura



Cartas

OBSCURANTISMO

Em meio a uma campanha eleitoral acirrada, em que muitas pessoas chegaram a perder amizades devido a divergências de natureza política, o Brasil começa a viver um período retrógrado de preocupante dimensão, não tanto pelo improvável crescimento do movimento mas sim pela constatação de que, segundo já atestaram vários historiadores, a população brasileira é predominantemente reacionária.

Refiro-me à absurda campanha que se vê com frequência em algumas redes sociais pela volta da ditadura.

Essa campanha revela várias facetas. Uma delas é o completo desconhecimento dos brasileiros, principalmente os jovens, em relação à história de seu próprio país.

Não é nenhuma novidade que o nível cultural anda baixíssimo e a qualidade de ensino vive uma de suas piores fases. Mas daí a alardear o retorno de um período obscuro da história brasileira, já é demais. Aqui vale ressaltar que não se trata de demonstrar simpatia ou antipatia por qualquer facção ou ideologia política. Qualquer ditadura, seja ela de esquerda ou de direita, é o pior caminho que uma população pode almejar.

É curioso que as pessoas, por absoluta ignorância e diríamos até por total asnice, com perdão da palavra, imaginem que em regimes onde predomina uma ferrenha censura sejam extirpados males como o da corrupção, da roubalheira ou de todo tipo de desonestidade.

Ora, a diferença básica entre a ditadura e a democracia, por mais que esta contenha imperfeições, é que na democracia os fatos vêm a conhecimento público, o que aumenta a chance de o império da lei prevalecer.

O ser humano não se tornará mais honesto por viver sob uma ditadura, mas seguramente terá seus atos acobertados quando há total controle dos meios de comunicação. Isto sem contar, obviamente, as arbitrariedades políticas praticadas em qualquer regime ditatorial.

Bem ou mal, o Brasil viveu eleições livres, em que cada cidadão pôde manifestar sua escolha. Em qualquer disputa há vencedores e derrotados. Clamar por ditadura por haver sido derrotado nas eleições é a mais absurda demonstração de obscurantismo e a prova de não aceitação da derrota, ou seja: a comprovação de que esses movimentos não almejam o bem do país coisa nenhuma, mas apenas deixam evidente o inconformismo com as regras de um jogo do qual participaram. Em resumo: aceitam disputar apenas se forem vencedores.

Não se trata, portanto, de manifestação a favor da moralização, da honestidade e do combate à corrupção, mas sim a defesa de um regime em que todos os males produzidos pela natureza humana têm ainda mais chances de se multiplicarem, acobertados pelo manto cruel, desumano e retrógrado do totalitarismo.

Emmanuel P. de Souza Santos
Salvador, Bahia

ENVIE SUA CARTA

Envie sua carta, com nome e endereço completos, para o seguinte email: comunicacao-social@anfip.org.br

SUMÁRIO

07



Bandeiras da ANFIP

Reeleito o governo Dilma, a ANFIP dará continuidade, com a mesma garra de sempre, às lutas de interesse da categoria dos Auditores-Fiscais da RFB. Bandeiras como a correção da tabela do Imposto de Renda, a PEC 555/2006, os direitos aos movimentos grevistas e a revisão da remuneração dos servidores públicos federais compõem a lista, bem como a continuidade da defesa do serviço público, da Seguridade Social e da justiça fiscal.

11



Velhos fantasmas

Inflação, baixo crescimento do PIB e instabilidades, de um modo geral, na economia, voltam a assustar os brasileiros, que – logo após as eleições – já tiveram a confirmação de aumentos nos combustíveis. O governo reeleito tem a tarefa de atender o clamor da sociedade, de colocar o país no rumo do crescimento econômico e da prosperidade social.

15



Reforma da dívida

Mesmo com a disposição que a presidente Dilma resolveu alardear logo após reeleita, o futuro da reforma política continua incerto, apesar da mobilização social e das várias propostas de mini reformas em tramitação no Congresso Nacional. As opiniões divergentes sobre como deve ser conduzido o processo podem ser um fator decisivo para postergar, mais uma vez, as alterações nas regras do jogo eleitoral e político de um modo geral. Cada facção tem seus interesses, e é aí que começam as dificuldades.

18



Queda de braço

O debate eleitoral retomou a discussão da importância da reforma tributária. Ao assumir a Presidência da República, em 2011, Dilma Rousseff prometeu uma “reforma tributária fracionada” e agora manifesta a pretensão de simplificar os tributos. Diversos congressistas eleitos no último pleito afirmam apoiar a reforma, mas sem propostas específicas. Como sempre, a correlação de forças do Congresso vai definir os rumos dessa reforma. Se ela de fato ocorrer.

22



A meta do sucesso

Todas as pessoas possuem os recursos de que necessitam para alcançar aquilo que desejam. Mas, para isso, precisam acessar um processo mental, mudando comportamentos e crenças que impeçam essas conquistas. A questão é que noventa e cinco por cento de nossas atitudes são comandadas pelo nosso inconsciente, segundo nos ensina a Programação Neurolinguística.

24



Mais Simples

A partir de 1º de janeiro de 2015 começa a valer o chamado Supersimples, que unifica o regime de tributação de empresas brasileiras. A nova lei inclui mais 142 atividades no regime tributário e promete acabar com a burocracia no processo de abertura e encerramento de pequenas empresas. Outra novidade é que o critério de abrangência passa a ser o teto de faturamento, e não mais a atividade exercida

28



Ideias e Debates

A nova feição política aponta para uma Oposição mais vigorosa e maior dispersão partidária, que podem ser traduzidos também como um Congresso relativamente mais forte do que o atual, dificultando assim a formação de maiorias parlamentares. No mais, o Congresso dito “novo” manterá muito do que o atual tem de mais arcaico. A multiplicação de partidos e candidatos também reduziu a representatividade eleitoral dos parlamentares.



A ANFIP e o governo reeleito



Associação Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil defende bandeiras de interesse dos servidores públicos e da sociedade em geral. Especialistas apontam as expectativas quanto a estes pleitos serem atendidos na próxima gestão

Durante o período eleitoral, tanto o campo governista quanto a oposição assumiram compromissos e reforçaram a necessidade de se realizar uma mudança na forma de governar. Com 40% do Congresso Nacional renovado, o cenário político passou a ter alguns novos protagonistas, mas sem representar, necessariamente, uma mudança no modus operandi adotado até então.

O avanço de algumas pautas, a renovação dos métodos de governar e o aperfeiçoamento de políticas públicas dependem da pressão feita por entidades de classe, associações e sindicatos, e só ocorrerão se a sociedade passar a participar mais dos espaços de decisão, se organizando, se mobilizando e estabelecendo formas de controle sobre o poder político.

A presidente da ANFIP, Margarida Lopes de Araújo, reforça que bandeiras já defendidas pela associação, como a correção justa da tabela do Imposto de Renda, a PEC 555/2006, os direitos aos movimentos grevistas e a revisão da remuneração dos servidores públicos federais, vão continuar na pauta da associação e a entidade continuará mobilizada no próximo governo, na atuação em defesa do serviço público, da seguridade social e da justiça fiscal. São temas que não se referem somente à ANFIP e a seus associados, mas abrangem grande parcela da população.

Para apontar os desafios que a ANFIP terá de enfrentar nos próximos anos em relação às principais pautas da associação, foram consultados o cientista político e professor da Escola de Sociologia e Política de São Paulo, Aldo Fornazieri, e o analista político e diretor de Documentação do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), Antônio Augusto de Queiroz. Os analistas direcionam caminhos e perspectivas para alguns dos temas para

os quais a ANFIP e a sociedade brasileira exigem modificações.

PEC 555/06

Uma das principais lutas da ANFIP é pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 555/06, que extingue de forma gradual a contribuição dos inativos e atinge milhares de servidores aposentados e pensionistas da União.

Para o analista político do Diap, Antônio Queiroz, as condições para a aprovação da PEC 555/06 estão dadas. "As entidades já convenceram quase 440 deputados a pedir a inclusão da matéria na pauta de votações e o pressuposto é de que, sendo incluída, eles votem pela aprovação", disse. Queiroz reforça que, de qualquer forma, a mobilização da ANFIP em torno do tema deve continuar.

Sobre a luta pela aprovação da PEC 555/06, Fornazieri vai além: "Neste caso, deveria ocorrer uma ampla mobilização sindical, das mais diversas categorias, para pressionar o Congresso visando à aprovação da PEC", disse.

CORREÇÃO DA TABELA DO IMPOSTO DE RENDA

Nos últimos 16 anos, a tabela do IR foi corrigida em 86,96% frente a uma inflação acumulada, no mesmo período, de 206,64% (IPCA), representando uma defasagem de 61,42%. A correção da tabela do Imposto de Renda é uma reivindicação antiga, não só dos servidores, mas de toda a sociedade.

De acordo com o representante do Diap, existe previsão no orçamento para a correção em 4,5% para 2015. "O governo deve enviar nova MP no início de 2015 sobre a correção da tabela do imposto de renda, já que a MP 644, que previa correção em 4,5% para 2015, perdeu a validade", disse.

JUDICIALIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS GREVISTAS

Para a ANFIP, a excessiva judicialização dos movimentos grevistas dos servidores federais inviabiliza o direito constitucionalmente previsto.

A não regulamentação do direito de greve força a aplicação da Lei 7.783/1989, um instrumento legal não apropriado às especificidades do serviço público. “Grandes injustiças têm sido impostas aos servidores públicos decorrentes da ausência de norma regulamentar de um direito garantido no texto da Carta Maior”, disse a presidente da ANFIP, Margarida Lopes de Araújo.

Segundo Antônio Queiroz, a solução passa pela regulamentação da convenção nº 151 da Organização Internacional do Trabalho, garantindo o direito de negociação, e só depois a regulamentação do direito de greve. “O governo não pode restringir o direito de greve sem antes assegurar o direito de negociação. A judicialização, inclusive como medida preventiva, é uma agressão ao direito de greve. É tema para ser denunciado na OIT”, destaca.

Fornazieri concorda: “Mais uma vez, é preciso pressionar o Congresso para que a regulamentação seja aprovada. No Brasil existe um excesso de judicialização em quase todas as áreas. Essa judicialização, no caso específico das greves, trava o processo negocial e bloqueia o próprio desenvolvimento do processo e da dinâmica social do país. O excesso de judicialização deve ser combatido como um mal que trava o país em várias áreas”, disse.

PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

Para a presidente da ANFIP, a adoção da previdência complementar é o maior golpe contra o funcionalismo federal, porque, além de pôr fim à paridade e à integralidade, quebrou a solidariedade entre os servidores com esses direitos e os novos servidores, entendidos como tais aqueles que foram admitidos a partir de 4 de fevereiro de 2013 ou vierem a ingressar no serviço público da União a partir de agora.

Fornazieri reforça que, para que as pautas tenham andamento, deve haver organização e pressão social, assim como a ANFIP já vem realizando. “O poder político sempre tende à acomodação. A história tem mostrado que sem organização, pressão e controle social, os direitos não são conquistados”, disse.

CORREÇÃO DAS REMUNERAÇÕES, BENEFÍCIOS E INSTITUIÇÃO DO ADICIONAL DE FRONTEIRA

Para a ANFIP, a revisão geral e anual das remunerações dos servidores públicos federais em índices compatíveis com a inflação é uma questão urgente, pois a perda no poder de compra e arrocho salarial dos servidores são questões inaceitáveis. A associação luta pela correção de benefícios básicos já instituídos em lei, a exemplo do auxílio-alimentação, auxílio-creche e diárias, e pela instituição do adicional de fronteira, lei sancionada em 02/09/2013, que ainda prescinde de decreto do executivo para sua implementação. Para a associação, a demora do governo em efetivá-lo demonstra um verdadeiro desrespeito aos servidores beneficiados com a medida.

Para Antônio Queiroz, a política salarial é um imperativo para a preservação do poder de compra dos salários. “A negociação coletiva deve tratar de aumentos reais e da melhoria de condições de trabalho e não para reajustes, já que o salário tem caráter alimentar e deve ser atualizado com base na inflação do ano anterior”, disse. Queiroz ressalta que a correção dos auxílios já deveria ter sido feita, desde que o governo editou portaria em fevereiro fixando os valores máximos desses benefícios em 2014.

PEC 443/2009

A proposta visa à equiparação dos vencimentos de diversas carreias públicas, dentre elas a de auditores-fiscais, onde os cargos máximos teriam salário estabelecidos a partir de 90,25% da remuneração de ministros do Supremo Tribunal Federal. A PEC estabelece ainda que os subsídios dos demais integrantes das respectivas categorias da estrutura serão escalonados, não podendo a diferença entre um e outro ser superior a 10% ou inferior a 5%. No final de novembro, o presidente da Câmara concedeu, a partir de requerimento da Comissão Especial, estender o prazo em 20 sessões ordinárias para apresentar o parecer sobre a proposta.

BÔNUS DE EFICIÊNCIA PARA ATIVOS, APOSENTADOS E PENSIONISTAS

Essa proposta que está em debate com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, prevê o pagamento relacionado à atuação dos Auditores-Fiscais a partir de metas institucionais estabelecidas com base em indicadores de desempenho. O benefício também é extensivo aos aposentados e aos pensionistas com base no artigo 37, XI, da Constituição Federal. Diversas reuniões já foram realizadas, mas até o momento o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão não apresentou uma proposta que atendesse aos interesses da categoria.

PRÓXIMOS PASSOS

Em artigo, o analista Antônio Queiroz ressaltou que o servidor público e suas entidades representativas vão precisar intensificar a pressão sobre o governo para evitar que seus direitos e vantagens sejam congelados ou escolhidos como variável do ajuste que virá nos dois primeiros anos da nova gestão.

“Todos sabemos que a presidente, em razão das políticas anticíclicas adotadas

para amenizar os efeitos negativos da crise internacional sobre o País, terá que promover ajustes nas contas públicas, de um lado atualizando as tarifas públicas represadas nesse período e, de outro, cortando gastos correntes, tanto para equilibrar as contas públicas, quanto para evitar novas altas nas taxas de juros”, destacou Queiroz.

Para o professor Aldo Fornazieri, o momento é favorável à construção de uma agenda de reformas comuns aos movimentos sociais. “Não se pode deixar que a pauta política do país seja determinada pelo Congresso ou pelo governo”. Para ele, as entidades de classe do setor público têm como função principal defender os interesses de seus associados, especialmente os interesses salariais e as condições de trabalho.

Mas, dada a crescente perspectiva da responsabilidade social que as entidades de classe possuem, defender simplesmente os interesses corporativos tornou-se insuficiente. “As entidades classistas passaram a se colocar na linha de frente da construção e defesa da cidadania de forma mais ampla. No caso específico da administração pública, é necessário que as entidades trabalhem e apresentem uma proposta de reforma”, disse.



VELHOS FANTASMAS VOLTAM A ASSUSTAR OS BRASILEIROS



Em outubro, findo o primeiro turno e antes mesmo de começar o segundo round das eleições presidenciais com os debates entre Dilma Rousseff e Aécio Neves na mídia, o Fundo Monetário Internacional revisava para baixo, pela sexta vez consecutiva, a previsão de crescimento do PIB brasileiro. Um pouco antes, o IBGE havia anunciado o encolhimento em 0,6% da economia no segundo trimestre do ano; o Brasil parara de crescer.

Essas não seriam as únicas más notícias para um governo que (re)começa e tem a tarefa de atender o clamor da sociedade de colocar o país no rumo do crescimento econômico e da prosperidade social. É que as previsões pessimistas do FMI estendem-se também às economias da zona do euro, ao Japão, à América Latina, e a outras economias emergentes. E as médias globais também são menores que as divulgadas anteriormente. Ou seja, um cenário internacional desfavorável para um desafio tão grande a enfrentar.

Apesar das divergências na pauta econômica, as duas correntes políticas defenderam a necessidade de mudança urgente nos rumos da economia. Sem muito detalhamento, o enfoque principal foi a reforma tributária, um assunto que insistentemente frequenta a pauta do Congresso Nacional sem avanços.

O que não ficou muito claro foi como estas mudanças serão conduzidas. Aécio Neves acenou com a aproximação com o mercado para a retomada da atração de investimentos para o país. E prometeu avançar na reforma tributária para “fortalecer a Federação, simplificar o sistema tributário e, assim, reduzir o Custo Brasil, aumentando a produtividade e gerando mais empregos”.

Na outra ponta, a petista Dilma Rousseff indicou para a manutenção pela opção desenvolvimentista, com atuação forte do governo e de suas instituições na economia. “No governo Lula e Dilma, a garantia da estabilidade econômica sempre esteve associada ao objetivo de promover o desenvolvimento econômico, com geração de emprego e renda, e a superação das desigualdades

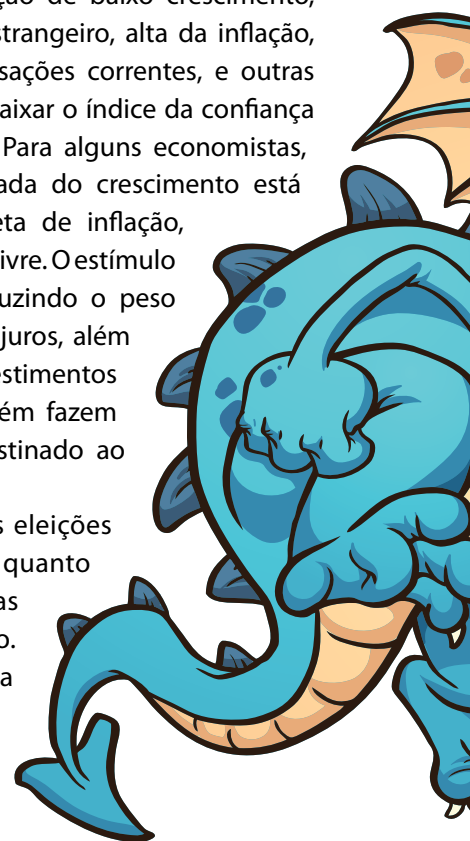
sociais e regionais”, diz o documento, assinado por economistas pró governo. É uma clara indicação de que haverá continuidade da política econômica, mesmo com a troca de ministro.

A avaliação é de que “faltou economia no debate”, os candidatos focaram muito mais nas políticas sociais com promessas de manter programas de distribuição de renda, como o Bolsa Família, por exemplo. Fora dos palanques, no entanto, o embate foi grande, colocando de lados opostos grupos de economistas de entidades e universidades públicas e privadas, que divulgaram manifestos, um em defesa do modelo liberal, do PSDB, e o outro de apoio ao desenvolvimentismo petista.

As opiniões, carregadas de partidarismo, defendem um ou outro lado sem apontar o caminho do futuro próspero. Os partidários de Dilma, economistas renomados e outros nem tanto, indicam para o caminho da continuidade, “garantia da estabilidade econômica ao objetivo de promover o crescimento econômico com geração de emprego e renda, e a superação das desigualdades econômicas ou sociais”.

O que todos concordam é que não se pode perpetuar a atual situação de baixo crescimento, fuga de investimento estrangeiro, alta da inflação, elevado déficit em transações correntes, e outras mazelas que ajudam a baixar o índice da confiança na economia brasileira. Para alguns economistas, a receita para a retomada do crescimento está no tripé respeito à meta de inflação, superávit fiscal e câmbio livre. O estímulo ao setor produtivo, reduzindo o peso da carga tributária e os juros, além da ampliação dos investimentos em infraestrutura, também fazem parte do receituário destinado ao novo mandato.

“O que vimos nas eleições são visões antagônicas quanto ao funcionamento das economias de mercado. Independentemente da



orientação ideológica, o presidente deve agir no sentido de resgatar a confiança das instituições e dos investidores na economia brasileira”, afirma o economista e professor da Fundação Getúlio Vargas (FGV), **Renato Fragelli**. O economista é



um dos signatários do manifesto que reuniu mais de uma centena de economistas e confronta o argumento utilizado pelo governo segundo o qual o fraco desempenho da economia brasileira tem como causa primeira a crise econômica mundial

que afetou também as maiores economias do mundo.

Numa crítica à atuação da área econômica e do fraco desempenho da economia especialmente nos últimos dois anos, Fragelli avalia que “o Brasil fez a opção política por implantar um estado de bem estar social antes mesmo de ser considerado um país rico”. Ele previu uma grande instabilidade no mercado com o anúncio da reeleição da presidente Dilma Rousseff, o que acabou se confirmando. Dólar em alta e Bolsa em queda, com desvalorização das ações da Petrobrás, foram as notícias do dia seguinte ao resultado das eleições.



***O dragão da inflação volta a apavorar.
Quem irá domá-lo?***

Neste cenário de pessimismo, existem vozes dissonantes que apostam na volta da normalidade, abalada pelo período que antecedeu as eleições. O economista e cientista político **Ricardo Sennes** considera que os



estrangeiros continuarão investindo seja qual for a coloração do governo. Segundo assegurou, em entrevista antes das eleições, o Brasil não está no Top 10 dos melhores países para se investir, mas ainda continua entre os 20.

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) em sua agenda de propostas para promover a competitividade na economia brasileira defendeu mudanças no sistema tributário como medida primordial para destravar a agenda internacional. “Há muito a ser feito para que a gestão fiscal brasileira garanta estabilidade no médio ou longo prazo. O atual regime não é flexível e compromete a composição do gasto público, com os ajustes recaindo pesadamente sobre os investimentos”, defende o documento, que abrange 42 estudos de várias áreas.

Passada a euforia da vitória, um dos momentos mais aguardados pelos mercados depois que o Tribunal Superior Eleitoral divulgou o resultado final das eleições foi o do anúncio do nome do ministro da Fazenda para o segundo mandato da presidente Dilma Rousseff. O nomeado é Joaquim Levy.

Os especialistas avaliam que a nomeação da equipe econômica é quem determinaria se vai ou não haver mudanças estruturais que consigam reverter a situação de estagnação na economia brasileira.

RECADO DA POPULAÇÃO: MUDANÇA

A reeleição da petista Dilma Rousseff no segundo turno das eleições confirmou a previsão dos analistas de que o mercado financeiro reagiria negativamente ao fato. Em seu primeiro discurso, a presidente falou em conciliação, prometeu reformas, combate à corrupção e disse que entendeu o recado da população.

“Algumas palavras e temas dominaram essa campanha. A palavra mais repetida, mais falada, foi mudança. O tema mais amplamente convocado foi reforma. Sei que estou sendo reconduzida para ser a presidente que irá fazer as grandes mudanças de que a sociedade precisa”, disse ela.

Dilma, entretanto, deu destaque às mudanças que devem ser feitas nas regras eleitorais, dizendo que “entre as reformas, a primeira e mais importante deve ser a reforma política”. Para a economia sobram promessas de “ações localizadas” para promover com urgência a recuperação do ritmo de crescimento com a manutenção de empregos e da renda dos trabalhadores.

“Vou estimular, o mais rápido possível, o diálogo e a parceria com

todos os setores produtivos do país”, disse ela, num aceno de que, desta vez, pode haver mudança na forma de se relacionar com os mercados.

Na avaliação do economista da Fundação Getúlio Vargas, Renato Fragelli, “o governo Dilma adotou políticas econômicas mal desenhadas com uma sucessão de intervenções na economia que criaram um grande mal estar no mercado. Agora será necessário um esforço emergencial para reverter este clima de desconfiança”.

Se o diálogo com os setores produtivos é importante, com o Legislativo é fundamental para o sucesso de qualquer reforma. A presidente se referiu em seu discurso aos diversos projetos do conjunto da reforma tributária que tramita no Congresso e falou da dificuldade em avançar na matéria, apesar da ampla base de sustentação que seu governo experimentou na legislatura passada. Resta saber se, com o novo Congresso, com mais de 46% de renovação da Câmara e 1/3 do Senado e com encolhimento do Partido dos Trabalhadores (PT), o Planalto terá cacife para acelerar o processo.

PROMESSA ANTIGA
continua na pauta.
ATÉ QUANDO?



A reforma política foi assunto recorrente na campanha presidencial. O tema ganhou relevância nos programas apresentados pelos dois candidatos e, com a reeleição da presidente Dilma Rousseff, teve destaque no discurso da vitória. A petista afirmou que entre as reformas, a política é a “primeira e a mais importante”.

A presidente sinalizou que pretende discutir o assunto “profundamente” com o Congresso e a população. Com isso, ganhou amplitude no governo a ideia de convocação de um plebiscito para decidir sobre o funcionamento de uma assembleia constituinte para tratar exclusivamente da reforma política, reforçada por Dilma durante toda a campanha. Assim que foi lançada no período pós eleição, no entanto, a proposta foi bombardeada por todos os lados: o PSDB, o Supremo Tribunal Federal, a OAB e mesmo lideranças do Congresso entendem que a reforma é assunto do Legislativo.

Mesmo com a disposição que a presidente Dilma resolveu alardear, o futuro da reforma política continua incerto, apesar da mobilização social e das várias propostas de mini reformas em tramitação no Congresso Nacional. As opiniões divergentes sobre como deve ser conduzido o processo podem ser um fator decisivo para postergar, mais uma vez, as alterações nas regras do jogo eleitoral.

Em torno da reforma política existe apenas um consenso: de que ela é necessária. Resta saber como será feita, pois cada facção tem seus interesses, e é aí que começam as dificuldades. É fato também que o Executivo precisará de muita habilidade e apoio político para costurar acordos em favor da votação da reforma. No entanto, a composição do Parlamento que saiu das urnas em outubro não consegue ser uma pista segura para se avaliar se a reformar prosperará nos próximos quatro anos.

O analista político e diretor de Documentação do Diap, **Antônio Augusto de Queiroz**, vê dificuldades na tramitação da reforma política. “Um dos principais problemas é que os



temas com maior consenso na sociedade exigem mudança na Constituição, o que requer um quorum de 3/5 ou 308 votos na Câmara e 49 no Senado, enquanto os temas que precisam apenas de maioria simples para sua aprovação são os mais polêmicos e complexos”, observa.

Como a reforma política está longe de ser uma agenda recente na política brasileira (somente na Câmara são perto de 37 propostas em tramitação) a fragmentação do Parlamento que saiu das urnas em outubro pode ser mais um complicador na busca do consenso. O número de partidos políticos na Câmara saltou de 24 para 28 e a base de sustentação do governo deve estreitar e a da oposição ser ampliada na próxima legislatura.

Segundo cálculos do Diap, a bancada governista no Senado, que reunia dez partidos com 53 dos 81 senadores, deve passar para 51. Na Câmara, mesmo mantida a atual composição com 13 partidos, o número de deputados governistas deve cair de 365 para 336. Enquanto isso, a oposição, formada pelo PSDB, Democratas, PSOL e Solidariedade, contava com 18 senadores e agora deve reunir 27.

“A partir de 2015, teremos o Parlamento mais fragmentado da história do país. Essa fragmentação pode dificultar ou restringir os avanços de uma reforma política ampla, que tem justamente como um de seus objetivos reduzir o número de partidos no Congresso”, comentou em artigo o sócio-fundador da empresa de comunicação Arko Advice, Murillo de Aragão.

Segmentos da sociedade civil organizada já haviam se posicionado em favor da reforma política, confirmando a tese de cientistas políticos de que o

Brasil entra em uma fase na qual haverá uma maior participação popular no debate político. Em outubro, o presidente da Câmara, Henrique Alves, recebeu um abaixo-assinado com 7,5 milhões de assinaturas, iniciativa do movimento Plebiscito Constituinte, representado por 477 entidades entre organizações sociais e sindicais.

Se a opção for pela consulta

popular, já tramita na Câmara dos Deputados o Projeto de Decreto Legislativo 1258/13 do deputado José Guimarães (PT-CE), correligionário da presidente, que dispõe sobre a realização do plebiscito. O texto estabelece que devem constar da consulta temas como financiamento de campanha, participação popular no processo legislativo e eleições simultâneas. A proposta da oposição, conforme colocou Aécio Neves ainda candidato, passa pelo fim das coligações partidárias e da reeleição e pela implantação do voto distrital.

“A reforma política não virá do Congresso”, observou o teólogo e professor Leonardo Boff ao defender o plebiscito em nome da democracia participativa. Há quem discorde e defenda a posição de que o Judiciário está à frente na discussão de matérias relativas a legislação eleitoral.

“O Brasil tem um alto grau de ativismo judicial em matérias eleitorais. É o que chamamos de judicialização da política, uma situação na qual o imobilismo do Congresso, fruto do processo político, deixa espaço para atuação do Poder Judiciário”, avalia o cientista político Rafael Favetti, conselheiro da Ordem dos Advogados do Brasil. Ele cita como exemplo a proposta de vedação do financiamento privado de campanha, ação que está em votação no Supremo Tribunal Federal (STF) por conta de ação impetrada pela OAB. “Estamos, na verdade, falando de uma reforma eleitoral”, explica.

Nos três poderes, no entanto, há o entendimento de que o fórum adequado para discutir o assunto é mesmo o Legislativo, que já reúne um bom portfólio de projetos que tratam da reforma (ver quadro à direita).

“A grande verdade é que vivemos em reforma política permanente desde 1985, de modo

incremental, com uma ou mais mudanças em cada período de quatro anos”, conclui o diretor do Diap.

PROJETOS SOBRE REFORMA POLÍTICA EM TRAMITAÇÃO NO CONGRESSOONAL

Princípio da anterioridade (1993) – E C nº 4 (art. 16 da CF) – lei que alterar o processo eleitoral só vigora se aprovada um ano antes da eleição.

Lei de inelegibilidades (1994) – Lei Complementar 81 – perda do mandato por oito anos.

Lei dos partidos políticos (1995) – Lei 9.096 – funcionamento parlamentar (5% nacional, e 1/3 deles com pelo menos 2% dos votos válidos – foi declarada inconstitucional onze anos depois, exatamente no ano em que entraria em vigor.

Lei geral das eleições (1997) – Lei 9.054 – regras permanentes para as eleições e institui o sistema eletrônico de votação.

Lei de compra de voto ou captação de sufrágio (1999) – Lei 9.840, de iniciativa popular – transforma em fraude o que antes era definido como crime.

Mini-reforma eleitoral (2006) – Lei 11.300 – reduz gastos de campanha, com fim de brindes e outdoor.

Fidelidade partidária (2007) – decisão do STF sobre fidelidade partidária.

Mini-reforma para 2010 (2009) – Lei 12.039 – autoriza a punição por evidência do dolo e amplia prazo para representar contra condutas vedadas.

Ficha Limpa (2010) – Lei Complementar 135 – inclui novas hipóteses de inelegibilidade, protege a probidade



A ETERNA queda de braço



Após reeleita, a presidente Dilma Rousseff disse que a reforma tributária é uma das batalhas que o seu governo terá que enfrentar nos próximos quatro anos. Quais são os desafios reais para que esta reforma saia do papel?

O Brasil é normalmente apontado como um dos países com as mais altas cargas tributárias do mundo. Os tributos pagos pelos brasileiros e pelas empresas no país correspondem a 36,3% do Produto Interno Bruto (PIB). A questão que se coloca é que, apesar disso, o país está aquém do esperado em relação à prestação de serviços básicos à população, tais como segurança, saneamento, transporte, saúde e educação.

Segundo estudo do Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBPT), que utilizou dados do Índice de Desenvolvimento Humano – IDH de 2012 e a carga tributária brasileira para calcular o Índice de Retorno de Bem Estar à Sociedade, o Brasil está na 30ª colocação no retorno dos serviços aos contribuintes.

O debate eleitoral retomou a discussão da importância da reforma tributária. Ao assumir a Presidência da República, em 2011, Dilma Rousseff prometeu uma “reforma tributária fracionada” e agora manifesta a pretensão de simplificar os tributos. O candidato Aécio Neves afirmou que, caso vencesse as últimas eleições, criaria em 60 dias uma secretaria especial para apresentar propostas efetivas nesta área. Diversos congressistas eleitos no último pleito afirmam apoiar a reforma, mas sem propostas específicas.

O medo de perder a arrecadação, a resistência dos grupos de interesse e a falta de consenso são os principais desafios para uma modificação no sistema tributário brasileiro. Para ser realizada, a reforma tributária precisará atender aos interesses de diversos entes envolvidos, como governos municipais, estaduais e União, empresários e até mesmo a população. Nenhum desses entes está disposto a abrir mão das receitas tributárias das quais já dispõe, sem uma devida compensação.

Em entrevista concedida ao Jornal Nacional,

da TV Globo, no dia seguinte à reeleição, a presidente Dilma Rousseff afirmou ser “impossível continuar com a sobreposição dos impostos e com a guerra fiscal” e que o Brasil tem um “conflito redistributivo”. A presidente diz ter a “convicção de que o Brasil precisa de uma reforma tributária” e que pretende fazer essa discussão a fundo nos próximos quatro anos. Segundo ela, o primeiro mandato de seu governo encontrou dificuldades para realizar as alterações na legislação, mas mesmo assim apontou avanços já realizados. “Nós fizemos uma série de reformas, até fomos muito criticados por isso. Nós reduzimos e desoneramos a tributação sobre folha de pagamento. Tentamos, inclusive, fazer uma discussão sobre PIS/COFINS”, disse ela.

A presidente também destacou a criação do Supersimples como um dos avanços do seu primeiro governo. “Precisamos simplificar os tributos. Nós fizemos uma grande reforma tributária com o Supersimples. Inclusive, universalizamos para micro e pequeno empreendedor toda a legislação de unificação, simplificação e redução de tributos. E ampliamos a universalização de um conjunto de pessoas que passaram a ter direito a esse processo de simplificação, que eu acho que é o início da reforma tributária”, afirmou a presidente.

Os tributos brasileiros se dividem entre três formas básicas: sobre a renda, sobre o consumo e sobre a propriedade. Os demais tributos, normalmente, são derivados de alguma variante de uma dessas três bases. Leis para regulamentar a contribuição fiscal não faltam: segundo o IBPT, são criadas no Brasil, em média, 46 novas regras de tributos a cada dia útil. Só de normas tributárias, incluindo federais, estaduais e municipais, são mais de 320 mil.

Segundo o professor e especialista em Orçamento Público Luciano Zanzoni, o Brasil vive hoje um cenário pouco favorável e que tende a se agravar. “Com a ausência de crescimento econômico em 2014, muito provavelmente não teremos aumento na arrecadação para 2015. Dessa forma, a única maneira de compatibilizarmos a política fiscal com os anseios da população por serviços públicos de qualidade só poderá advir da economia de despesas com a

máquina pública. Como não teremos provavelmente um aumento de receitas, uma melhoria do cenário só poderia acontecer com cortes de alguns gastos, principalmente aqueles relativos à manutenção do Estado”, disse.

IMPOSTO SOBRE VALOR AGREGADO

Uma das propostas discutidas durante o período eleitoral foi a da criação do Imposto sobre Valor Agregado (IVA), na tentativa de unir em uma única cobrança três tributos: o Imposto Sobre Produtos Industrializados (IPI), que é Federal, o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), de responsabilidade dos estados, e o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), que cabe aos municípios.

Neste caso, o tributo passaria a ser cobrado exclusivamente no estado de destino da mercadoria ou serviço. Alguns especialistas encontram nesta forma de tributação uma das soluções para a reforma, já que simplificaria a arrecadação e a fiscalização. Outros consideram que diversos municípios que são produtores, mas não são responsáveis pela exportação dos produtos, seriam prejudicados, já que deixariam de arrecadar os tributos, ficando somente com os passivos ambientais, sociais e financeiros.

Para o professor Zanzoni, a simplificação dessa cobrança poderia contribuir decisivamente na desoneração do setor produtivo. “O grande

desafio é encontrar uma compensação aos estados e municípios, que certamente não aceitariam nenhuma perda de arrecadação. Há que se possuir uma grande capacidade de negociação com os governos estaduais e municipais. É nestes últimos que se encontra o principal entrave, visto que grande parte dos municípios brasileiros apresenta desequilíbrios fiscais graves, sequer se adequando aos limites propostos na Lei de Responsabilidade Fiscal”, disse.

Um dos problemas, portanto, seria que diversos municípios produtores poderiam perder a arrecadação. Para o presidente da Associação Nacional dos Municípios Produtores (Anamup), Carlos Roberto Casteglione, a Reforma Tributária contribui para a construção de um Novo Pacto Federativo e a descentralização das receitas do bolo tributário. “Buscaremos com o novo governo a manutenção dos direitos constitucionais, que trata do Valor Adicionado do ICMS, que é a razão do equilíbrio financeiro dos municípios produtivos”, disse.

CORREÇÃO DA TABELA DO IMPOSTO DE RENDA

Outro desafio da reforma tributária é a correção da tabela do imposto de renda, aplicando as alíquotas do imposto aos contribuintes com maior renda. Cerca de 80% da população brasileira, que recebem até três salários mínimos por mês, são responsáveis pela arrecadação de 53% da

Arrecadação do R\$ 1 Trilhão por Faixa de Renda

ARRECAÇÃO R\$ 1 TRILHÃO	POPULAÇÃO		ARRECAÇÃO R\$ 1 TRILHÃO	
BRASIL 2014	202.000.00PO	%		%
ATÉ 3 SALÁRIOS MÍNIMOS	159.620.400,00	79,02%	537.937.743.190,66	53,79%
DE 3 A 5 SALÁRIOS MÍNIMOS	20.482.800,00	10,14%	126.459.143.968,87	12,65%
DE 5 A 10 SALÁRIOS MÍNIMOS	15.352.000,00	7,60%	166.342.412.451,36	16,63%
DE 10 A 20 SALÁRIOS MÍNIMOS	4.848.000,00	2,40%	96.303.501.945,53	9,63%
MAIS DE 20 SALÁRIOS MÍNIMOS	1.696.800,00	0,84%	72.957.198.443,58	7,30%
	202.000.000,00	100,00%	1.000.000.000.000,00	100,00%

contribuição tributária total no país. De acordo com estudo do IBPT, como o sistema tributário brasileiro é especialmente concentrado no consumo, a parcela da população com menor poder aquisitivo possui um custo tributário extremamente elevado. Enquanto isso, o grupo cuja renda supera 20 salários mínimos, que correspondem a 0,84% da população brasileira, gera R\$ 73 bilhões do montante total, equivalentes a 7,3% da arrecadação.

Zanzoni explica ainda que os contribuintes que receberem acima de R\$ 4.463,81 em 2015 deverão reter na fonte 27,5% desse valor. "Isso representa um crescimento de 4,5% em relação à tabela de 2014, cujo valor base era de R\$ 4.271,59". Para ele, o grande problema é que a tabela será corrigida em 4,5%, diante uma taxa de inflação prevista para 6,5%. "Ou seja, o contribuinte é penalizado duplamente. Por um lado, tem seu poder de compra reduzido, em decorrência da inflação. Por outro, acaba pagando mais tributos, na medida em que vê o imposto de renda incidir sobre um crescimento da base menor que a inflação. Corrigir a tabela do IR, o que já se faz

desde 2007, é primordial. O problema é que isso deve ser feito utilizando-se, no mínimo, o mesmo índice apurado da inflação. Qualquer valor abaixo da taxa de inflação consubstancia-se em aumento do imposto de renda", disse.

SONEGAÇÃO FISCAL

A alta sonegação dos impostos também pode ser vista como um dos fatores decorrentes da elevada carga tributária incidente sobre as pessoas físicas e jurídicas. De acordo com o Sindicato Nacional dos Procuradores da Fazenda Nacional (Sinprofaz), o Brasil deverá terminar 2014 com o índice mais alto de sonegação de tributos na história. Cerca de R\$ 500 bilhões devem deixar de ser recolhidos neste ano, ou seja, 20,48% a mais do que os R\$ 415 bilhões desviados dos cofres do fisco no ano anterior. A reforma tributária pode ser uma solução efetiva para a redução da sonegação, já que uma carga tributária menor poderia naturalmente trazer vários sonegadores para a legalidade.

Arrecadação do R\$ 1 Trilhão por Grupamentos de Consumo

ARRECADAÇÃO R\$ 1 TRILHÃO		
GRUPAMENTOS DE CONSUMO	ARRECADAÇÃO R\$ 1 TRILHÃO	%
ALIMENTAÇÃO	147.300.000.000,00	14,73%
HABITAÇÃO	424.300.000.000,00	42,43%
VESTUÁRIO	53.400.000.000,00	5,34%
TRANSPORTE	238.100.000.000,00	23,81%
HIGIENE E CUIDADOS PESSOAIS	23.800.000.000,00	2,38%
ASSISTÊNCIA À SAÚDE	47.300.000.000,00	4,73%
EDUCAÇÃO	20.800.000.000,00	2,08%
RECREAÇÃO E CULTURA	10.900.000.000,00	1,09%
SERVIÇOS PESSOAIS	7.200.000.000,00	0,72%
OUTRAS	26.900.000.000,00	2,69%
	1.000.000.000.000,00	100,00%

PNL: Programando-se para o sucesso

Quase todo mundo já ouviu falar, mas poucos a dominam e a utilizam. Trata-se da Programação Neurolinguística, cujo objetivo básico é estabelecer uma comunicação positiva e eficiente entre as pessoas e com a própria pessoa que a coloca em prática.



Segundo os princípios da Neurolinguística, todos na verdade possuem os recursos de que necessitam para alcançar aquilo que desejam. Mas, para isso, precisam acessar um processo mental, mudando comportamentos e crenças que impeçam essas conquistas.

A grande questão é que noventa e cinco por cento de nossas atitudes são comandadas pelo nosso inconsciente, ou seja: o nosso inconsciente comanda a nossa vida, o que significa basicamente que todas as nossas decisões têm um fundo emocional.

A forma como nós enxergamos o mundo não é como ele é de fato, pois as nossas experiências e as informações que recebemos influenciam a nossa forma de ver as coisas.

A Programação Neurolinguística (PNL) pode, assim, ser definida como o estudo do consciente e do inconsciente de modo a nos capacitar para nos conhecermos melhor, bem como para conhecermos os que convivem conosco, estabelecendo dessa forma melhor canal de comunicação para atingirmos os nossos objetivos.

Isso serve para a nossa vida pessoal, profissional, amorosa e de relacionamentos de um modo geral. Ou seja: é uma ciência que nos permite percorrer com mais facilidade, mais firmeza, mais tranquilidade e mais consciência e consistência o caminho para o sucesso na vida.

Uma das definições clássicas é que a PNL é um sistema de aprendizado pelo qual você pode promover eficácia, excelência e genialidade. É ciência, com resultados comprovados

A Programação Neurolinguística está embasada em pesquisas feitas por cientistas de vários países e seus resultados são inegáveis, pois já foram comprovados na prática.

Os fatos não deixam dúvidas. Homens que alcançaram grande sucesso e riqueza

utilizaram, mesmo sem saber, os princípios que depois vieram a embasar a Programação Neurolinguística. Não se trata, portanto, de mera teoria, mas de estudos e conhecimentos com resultados práticos e comprovados.

A PNL surge na verdade em 1973 como um conjunto de modelos e princípios que descrevem a relação entre a mente (neuro) e a linguagem (linguística - verbal e não verbal) e como a sua interação pode ser organizada (programação) para afetar a mente, o corpo ou o comportamento do indivíduo.

A partir de padrões linguísticos e comportamentais, Richard Bandler e John Grinder construíram modelos mentais que pudessem ser usados por outras pessoas. Um dos pontos básicos de que a PNL trata diz respeito ao

que é chamado diferença entre o mundo real e o mundo percebido.

A PNL utiliza técnicas que podem ser chamadas de meditativas e hipnóticas para estabelecer o que chama de "estados focalizados" e assim tentar fazer com que a pessoa utilize o seu pensamento da melhor maneira possível. Por isso, muitos dos exercícios recorrem a "estados alterados de consciência", ou estados de transe.

É possível, mediante técnicas desenvolvidas, identificar, por exemplo, quando a pessoa mente ou diz a verdade. Há sinais corpóreos, de olhar, de expressão, que revelam comportamentos e reações. É possível estabelecer modelos de fala que harmonizam a comunicação entre as pessoas, estabelecendo melhor convívio com amigos, parceiros, colegas de serviço e inclusive relações conjugais.

Isso tudo depende, é lógico, de estudo e prática, mas já há hoje no mercado cursos e treinamentos que colocam a PNL ao alcance mesmo de pessoas até então leigas em matérias como Psicologia e demais ciências que estudam o comportamento humano.

A PNL é o estudo do consciente e do inconsciente

Cada vez mais simples



A NOVA LEI, BATIZADA DE SUPERSIMPLES, INCLUI MAIS 142 ATIVIDADES AO REGIME TRIBUTÁRIO E PROMETE ACABAR COM A BUROCRACIA NO PROCESSO DE ABERTURA E ENCERRAMENTO DE PEQUENAS EMPRESAS. OUTRA NOVIDADE É QUE O CRITÉRIO DE ABRANGÊNCIA PASSA A SER O TETO, E NÃO MAIS A ATIVIDADE EXERCIDA

A partir de 1º de janeiro de 2015 começa a valer o chamado Supersimples, que unifica o regime de tributação de empresas brasileiras. As novas regras estão na Lei Complementar 147/2014 (PLC 60/14), originada do PLP (Projeto de Lei Complementar) 221/12, sancionada em agosto deste ano pela presidente Dilma Rousseff. A nova legislação regulamenta a opção pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, o Simples Nacional.

Ao todo, o documento traz 81 mudanças em relação ao projeto anterior do programa. Entre as principais alterações está a que amplia o acesso de diversas categorias ao regime simplificado. “As modificações permitem que 142 negócios, que não eram contemplados pela antiga legislação, possam aderir a esse sistema de tributação”, explica o presidente do Sebrae Nacional, **Luiz Barretto**.

Com isso, médicos, corretores de imóveis, dentistas, advogados, economistas, jornalistas e outros profissionais do setor de Serviços poderão usufruir do programa e passar a pagar menos tributos.

Outras empresas do setor de Serviços, que atuam na área da atividade intelectual, de natureza técnica, científica, desportiva, artística ou cultural, produção ou venda no atacado de refrigerantes, inclusive águas saborizadas gaseificadas, produção ou venda no atacado de preparações compostas, não alcoólicas (extratos concentrados ou sabores concentrados), para elaboração de bebida refrigerante, também passam a ser contempladas pela nova lei.

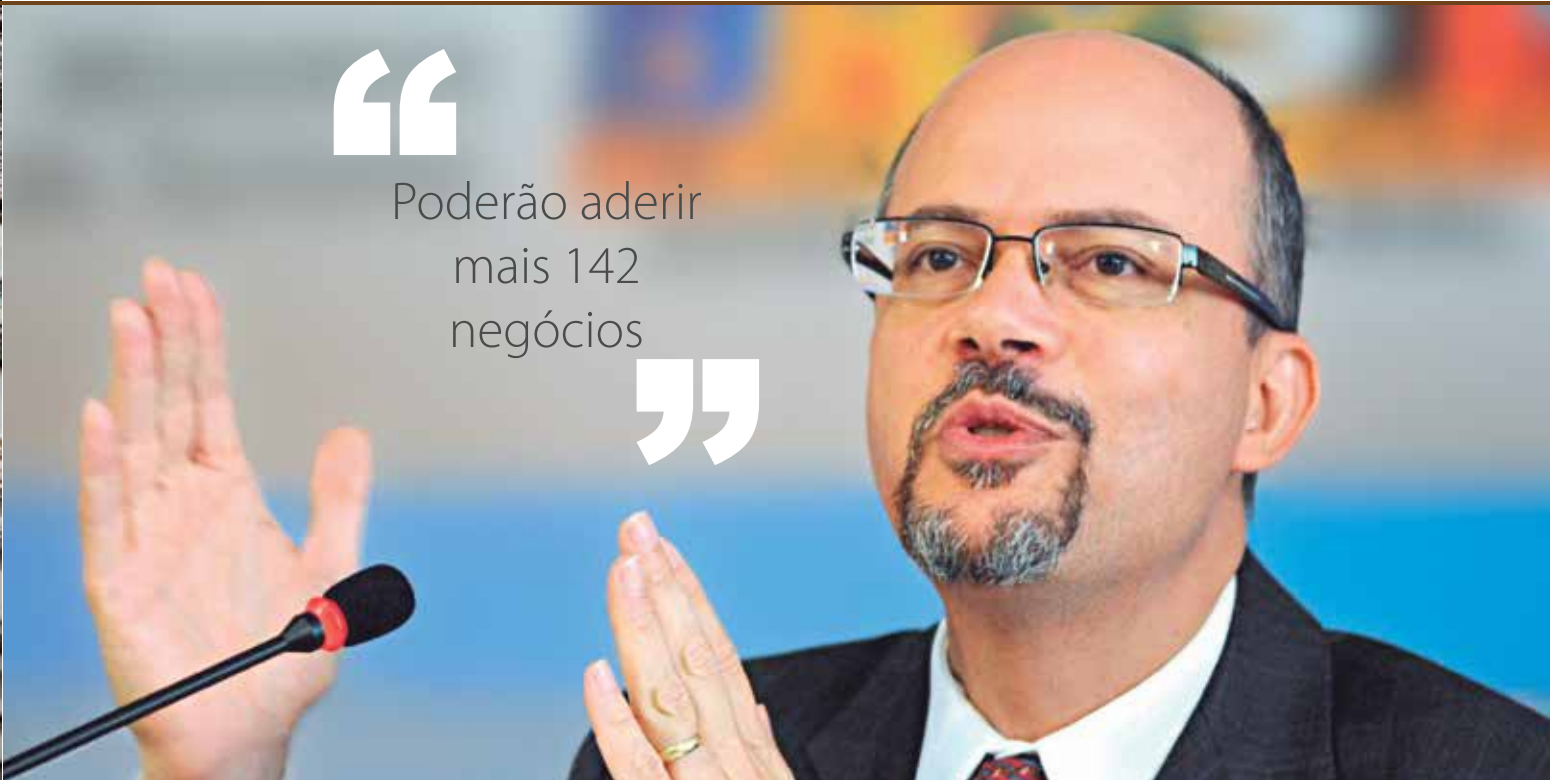
“Como a nova lei alcança mais de 80 inovações, de uma forma ou de outra, beneficia as mais de nove milhões de empresas no Simples e no regime do Microempreendedor Individual (MEI)”, afirma o ministro da Secretaria da Pequena e Micro Empresa (SMPE), Guilherme Afif Domingos.

Entre os negócios do Simples estão 4,4 milhões de microempreendedores individuais que ganham no máximo R\$ 60 mil por ano, como cabeleireiros, eletricitas, costureiros e artesãos. A nova lei protege os MEIs de cobrança associativa ou oferta de serviços privados que, a partir de agora, só poderão ser efetuadas a partir de demanda prévia do próprio MEI, firmada por meio de contrato assinado. Além disso, todo benefício

“

Poderão aderir
mais 142
negócios

”



previsto na nova lei complementar aplicável à microempresa deverá ser estendido ao MEI sempre que lhe for mais favorável.

“Apesar de a minha empresa não se enquadrar nos critérios da nova lei, o que ela puder trazer de benefícios para o meu negócio vai ser bem-vindo”, diz a microempreendedora Leonora Pedrosa, fabricante de bolsas e carteiras artesanais.

O Supersimples unifica o pagamento de oito tributos federais, estaduais e municipais (IRPJ, IPI, CSLL, Cofins, PIS/Pasep, CPP, ICMS e ISS) em um único boleto – o DAS (Documento de Arrecadação), e reduz, em média, 40% da carga tributária.

Uma das novidades é que, a partir de agora, o único critério para uma empresa fazer parte do Simples será o teto de faturamento anual, de até R\$ 3,6 milhões, e não mais a atividade exercida. Esse teto, no entanto, vale apenas para o pagamento dos oito impostos federais. Para o recolhimento de ICMS (estadual) e ISS (municipal) os tetos de faturamento bruto anual variam de acordo com a participação de cada Estado no PIB (Produto Interno Bruto) brasileiro. Em Roraima e no Amapá, por exemplo, o limite será de até R\$ 1,26 milhão. No Acre, Rondônia, Pará, Tocantins, Piauí, Alagoas, Sergipe e Mato Grosso do Sul o teto pode atingir R\$ 1,8 milhão. Ceará, Maranhão

e Mato Grosso terão o limite de R\$ 2,52 milhões. Nos demais estados e no Distrito Federal esse limite será um pouco maior, podendo atingir até R\$ 3,6 milhões.

O Supersimples conta com seis tabelas de tributação, sendo que cada uma traz alíquotas para diferentes setores (Comércio, Indústria e Serviços) e faixas de faturamento. Dessa forma, se a receita aumentar, será preciso verificar a alíquota correta na tabela. Só precisa sair desse sistema de tributação quem ultrapassa o limite anual de faturamento.

Inicialmente, 450 mil empresas devem ser beneficiadas com o novo regime de tributação. “Esse número deve ser multiplicado considerando a perspectiva de incentivo para novas formalizações”, afirma o ministro da Secretaria da Pequena e Micro Empresa (SMPE), **Guilherme Afif Domingos** que, assim como a presidente reeleita Dilma Rousseff, tem tratado o novo programa como o primeiro passo para a reforma tributária no Brasil.

MENOS BUROCRACIA

Além de reduzir a carga tributária, a nova norma promete também facilitar a vida dos empreendedores com a desburocratização na hora de abrir ou fechar uma empresa. De acordo com o



Perspectiva de
incentivo para novas
formalizações



Banco Mundial, o tempo médio para abertura de uma pequena empresa no Brasil é de 107 dias. A expectativa é de que o Simples ajude a reduzir esse tempo para apenas cinco dias até o final de 2014.

Atualmente o país está no 167º lugar no ranking de facilidade para fazer negócios, em comparação com outras 188 nações avaliadas. Os dados estão no relatório "Doing Business 2014", divulgado no final de outubro deste ano. O documento revela ainda que as empresas brasileiras gastam, em média, 2,6 mil horas por ano em burocracia fiscal.

Outra expectativa com a nova lei é de que o fechamento de empresa ganhe mais agilidade com a desvinculação do débito fiscal. Dessa forma, as empresas poderão obter a baixa de seus registros e inscrições imediatamente após o encerramento das suas atividades, sem precisar de certidões negativas de débito. O resultado será uma possível diminuição dos casos de CNPJs inativos por excesso de burocracia. Sendo identificados débitos tributários posteriormente, os sócios serão responsabilizados.

Em Brasília, por exemplo, já é possível fechar um empreendimento em poucos minutos por meio do Registro e Licenciamento de Empresas (RLE) automático, disponível no Portal Empresa Simples (www.empresasimples.gov.br). A previsão da SMPE é de que o benefício seja estendido aos demais estados até o final de novembro.

A novidade foi comemorada pelo microempresário brasileiro Daniel Araujo. Recentemente, ele e os sócios decidiram fechar a empresa de informática, que funcionava na capital há cinco anos. "Até agora, só demos baixa na inscrição estadual. Com a nova lei, espero que esse processo de encerramento aconteça o mais rapidamente possível", disse.

Para uma outra profissional do setor de serviços, a boa notícia chegou tarde. A psicóloga brasileira, que prefere não se identificar, diz ter sido vítima do excesso burocrático quando decidiu fechar a sua clínica de recrutamento e seleção, há mais de 12 anos. Os erros do contador e a burocracia renderam à profissional dois

anos de dor de cabeça. "Cada detalhe que ele esqueceu resultou em multas homéricas", explica a psicóloga, que há cinco anos atende em clínica própria. Apesar do trauma, ela acredita que a nova lei pode ajudar pequenas e micro empresas no dia a dia do negócio com a redução de impostos. "Menos imposto é mais lucro", afirma. A psicologia é uma das atividades contempladas na nova lei.

As micro e pequenas empresas representam, atualmente, 97% das empresas existentes e garantem empregos a 51,6% da mão de obra em atividade no país.

Desde que o Simples Nacional entrou em vigor, em 2007, cerca de nove milhões de pequenas empresas já optaram pelo regime. A possibilidade de inclusão de outras categorias ao programa deve aumentar as chances de mais pessoas ingressarem no mercado de trabalho. "A Ordem dos Advogados do Brasil Nacional, por exemplo, estima multiplicar em seis vezes o número de novas sociedades de advogados nos próximos cinco anos", afirma o ministro Guilherme Afif Domingos.

OPÇÃO FACILITADA

As empresas que estão em atividade e desejam aderir ao programa já podem agendar a solicitação de opção acessando a página do Simples Nacional (www8.receita.fazenda.gov.br/simplesnacional). O agendamento fica disponível entre o primeiro dia útil de novembro e o penúltimo dia útil de dezembro de cada ano. A opção é gratuita. Não é necessário fazer nenhuma alteração no nome ou razão social da empresa ou no CNPJ. O empresário pode, inclusive, continuar utilizando o mesmo bloco de notas fiscais.

Para empresas em início de atividade, o prazo para solicitação de opção é de 30 dias contados do último deferimento de inscrição (municipal ou estadual, caso exigíveis), desde que não tenham decorridos 180 dias da inscrição do CNPJ. Até o último dia 3 de novembro, a SRFB havia registrado mais de 504 mil solicitações de empreendedores pelo Simples Nacional.



O que nos espera a partir de 2015:
**UM CONGRESSO COM OS VÍCIOS DE SEMPRE.
SÓ QUE MAIS FORTE E MAIS CONSERVADOR**



Sylvio Costa

Mestre em Comunicações pela Universidade de Westminster, Londres, onde também atuou na BBC. Trabalhou em veículos como Folha, IstoÉ, Correio Braziliense, Zero Hora e Gazeta Mercantil, entre outros. Criou a agência Oficina da Palavra, da qual se afastou para se dedicar ao Congresso em Foco. Ganhou 12 prêmios de jornalismo. Desde abril de 1998 é funcionário concursado do Senado Federal, onde ocupa o cargo de analista legislativo e atua como redator da Agência Senado. sylvio@congressoemfoco.com.br

Dois dias depois de conquistar novo mandato em um suadíssimo segundo turno, Dilma Rousseff teve clara sinalização de que não enfrentará vida fácil no Congresso nos próximos anos. Sua base na Câmara dos Deputados encampou um projeto da oposição – de autoria do líder do DEM, deputado Mendonça Filho (PE) – e derrubou o Decreto 8.243/2014, que trata da participação social na administração pública.

O decreto é bombardeado desde que foi publicado por Dilma, em maio. As críticas variam do questionamento da sua constitucionalidade até a acusação de que seria a prova indiscutível das intenções golpistas dos “petralhas” “bolivarianos” e das suas constantes ameaças à democracia, à república e à paz na Terra. Evidente que tais críticas são, para dizer o mínimo, exageradas. Há juristas de renome tanto atestando quanto contestando a constitucionalidade daquele que ficou conhecido como “o decreto dos conselhos populares”.

Conceitualmente, ele aponta um caminho perseguido pelas mais avançadas democracias do mundo: a preocupação em trazer a população para o processo de gestão governamental. Sob o aspecto prático, não traz maiores inovações. Apenas consolida os procedimentos a serem seguidos para o governo fazer algo que tem feito

por décadas: envolver a sociedade na formulação de políticas públicas por meio de órgãos colegiados de caráter consultivo. O Congresso, porém, reagiu mal à iniciativa por ter ficado de fora da discussão (uma queixa razoável, que confirma o talento de Dilma para trombar com aliados) ou por julgar que o decreto usurparia prerrogativas do Poder Legislativo (tese bastante controversa).

Pode-se atribuir o episódio em parte às mágoas de políticos governistas derrotados nas urnas, como o presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves, preterido na campanha eleitoral pelo ex-presidente Lula em favor do governador eleito do Rio Grande do Norte, Robinson Faria. Mas só em parte. Tiveram grande peso nessa história dois fatores que certamente vão impactar a ação do Parlamento nos próximos quatro anos.

Um deles é o fortalecimento da oposição. Os mais de 51 milhões de votos – 48,4% dos votos válidos – obtidos na disputa presidencial pelo senador Aécio Neves (PSDB-MG) aumentaram a disposição dos oposicionistas de peitar o Palácio do Planalto. O clima é bastante diferente daquele existente no início do governo Dilma, quando a base parlamentar do governo contava com mais de 400 dos 513 deputados federais e o sentimento de impotência atormentava a oposição. Na legislatura que começa em fevereiro de 2015,

não chegarão a 350. E, ainda ressentida com as baixarias da mais acirrada eleição presidencial realizada no país desde o fim da ditadura militar, a oposição promete marcar agora sob pressão. Complica mais as coisas uma conjuntura de sérias dificuldades no campo econômico e na qual a agenda política traz o explosivo tema da investigação sobre os recursos desviados da Petrobras para abastecer a máquina federal de cooptações e de compra de apoio político.

O outro fator é o crescente grau de infidelidade da base parlamentar do governo. No início de novembro, ela conspirava abertamente contra o Planalto para fazer do deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ) o novo presidente da Câmara. O PT brigará pelo cargo por invocar a tradição que assegura tal privilégio à bancada partidária mais numerosa e pelo longo histórico de desavenças ocorridas entre Cunha e Dilma. A parada, porém, é dura e o retrospecto favorece a Cunha. Em votações na Câmara, ele quase sempre levou a melhor quando ficou do lado oposto ao governo. Atual líder do PMDB, seu prestígio no Congresso aumentou nos últimos anos na exata proporção em que se multiplicaram as queixas contra a presidente da República e sua equipe. No atacado, as reclamações se devem à falta de diálogo e à baixa capacidade que Dilma demonstrou em seu primeiro mandato para compartilhar decisões com quem lhe dá sustentação legislativa. No varejo, ao martírio que os parlamentares dizem encarar para serem atendidos na execução de emendas em favor de suas bases eleitorais e nas nomeações que pleiteiam.

Com Dilma, essa heterogênea bancada apresentou o mais baixo grau de lealdade do Congresso em relação ao Executivo desde a era Collor (1990/92). O significado disso é que o governo precisará melhorar muito sua articulação com o Parlamento para evitar novas derrotas. Nesse aspecto, há outro complicador – o crescimento, de 22 para 28, do número de partidos representados no Legislativo.

Oposição mais vigorosa e maior dispersão

partidária podem ser traduzidos também como um Congresso relativamente mais forte do que o atual, dificultando assim a formação de maiorias parlamentares.

No mais, o Congresso dito “novo” manterá muito do que o atual tem de mais arcaico. Num país de maioria feminina, só 51 dos 513 deputados federais eleitos em 5 de outubro – um décimo! – são mulheres. Numa nação predominantemente negra e mestiça, 80% dos deputados vitoriosos nas urnas se declararam brancos ao registrar a candidatura. A multiplicação de partidos e candidatos também reduziu a representatividade eleitoral dos parlamentares. Em 2010, a soma dos votos obtidos pelos 70 deputados federais eleitos por São Paulo representava 38% do total de eleitores daquele estado. Em 2014, esse percentual caiu para 33%. Ou seja: menos paulistas enxergarão naqueles congressistas os seus representantes de fato.

Um Parlamento que terá perto de 200 empresários e 139 proprietários rurais somente na Câmara e onde o número de sindicalistas cairá de 86 para 43. Onde crescerá a presença de líderes evangélicos (52 para 82), de policiais (6 para 20) e de políticos linha-dura, que defendem a repressão como remédio para os males nacionais. Vários deles, como Jair Bolsonaro (PP-RJ), saíram das eleições como os mais votados em seus estados.

Tal fato e a redução da bancada de esquerda (de 195 para 156 deputados) apontam para um Congresso mais conservador, o que não deixa de ser curioso. Dilma ganhou a eleição radicalizando à esquerda o discurso que a associava ora ao “coração valente” que se opôs com destemor à ditadura, ora à presidente decidida a confrontar os ricos para beneficiar os pobres, ora à mulher sensível em relação a causas de grupos discriminados, como a população de lésbicas, gays, bissexuais e transexuais (LGBT). Para governar, porém, precisará do apoio de quem estará no Congresso por ter feito um discurso que, em muitos casos, foi exatamente contrário a esse.

Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil

MAIS QUE ARRECADAÇÃO

Isonomia Tributária
Políticas Públicas
Justiça Fiscal
Combate à Sonegação

Para muito além da arrecadação de tributos, os Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil são os responsáveis por garantir os recursos necessários à manutenção das políticas públicas e dos investimentos essenciais ao país. Isso porque atuam decisivamente no combate à sonegação e, conseqüentemente, à concorrência desleal.

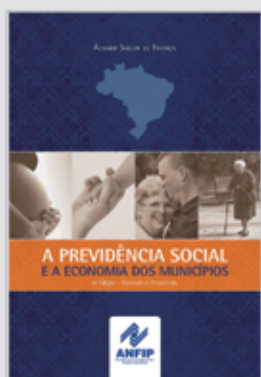
Valorizar esta carreira de servidores de Estado, concursados e especializados, é fundamental para assegurar distribuição de renda e desenvolvimento com justiça social.



Associação Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil
www.anfip.org.br



Na página da **ANFIP** na internet, em www.anfip.org.br, você encontra várias publicações de livre acesso. Basta baixar no seu computador e ler. Aproveite para conhecer tudo sobre **Previdência e Seguridade Social**, entre outros assuntos de grande interesse.



 www.facebook.com/anfipnacional

 www.twitter.com/anfipnacional

 www.youtube.com/anfipoficial

